

AS CONTRADIÇÕES DO CENTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E A NECESSIDADE HISTÓRICA DE UMA EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL

Erika Porceli Alaniz¹
Dr. Henrique T. Novaes²

RESUMO

Abordaremos brevemente o crescimento do trabalho infantil, a violência do desemprego estrutural e o retorno do trabalho análogo ao escravo. Especificaremos a violência do subemprego e do trabalho alienado correlacionados com as manifestações da barbárie nas escolas brasileiras e com a miséria da política educacional. Depois, focalizaremos algumas dimensões da formação para Economia Solidária nos CFES Nacional para apontar as contradições existentes numa instância de formação para a Economia Solidária com expressão nacional. O intuito dessa abordagem é vislumbrarmos as potencialidades e limites dessa proposta formativa em direção ao enfrentamento do sistema do capital.

Palavras chaves: Trabalho infantil. Desemprego. Contradições. Formação em Ecosol.

THE CONTRADITONS OF THE NATIONAL CENTRE TRAINING IN SOLIDARY AND THE ECONOMY HISTORICAL EDUCATION OF A NEEDFOR CAPITAL BEYOND

Abstract

Briefly discuss the growth of child labor, the violence of structural unemployment and the return of the analogue slavery labor. Will specify the violence of underemployment and alienated labor correlated with the manifestations of barbarism in Brazilian schools and the misery of educational policy, then, we will focus on some aspects of training for Solidarity Economy in National CFES to point out the contradictions in a training forum for Solidarity Economy with national expression. The purpose of this approach is glimpse the potential and limits of this formative proposal towards the face of the capital system.

Key words: Child labor, Unemployment, Contradictions, Training in Solidarity Economy

1 INTRODUÇÃO

¹ Docente da Unoeste – Presidente Prudente. porcelierika@yahoo.com.br

² Docente da Unesp – Marília. hetanov@yahoo.com.br

Este artigo tem a pretensão de explicitar as contradições inerentes ao movimento do capital na sociedade contemporânea com profundas implicações à sociedade como um todo, em especial, às condições de vida da classe trabalhadora. Com base nessas contradições, problematizaremos a potencialidade de enfrentamento à lógica do capital dos processos educativos no Centro Nacional de Formação Economia Solidária (CFES). No referente especificamente ao CFES Nacional, a questão que perpassará nossa discussão está em saber em que medida a experiência formativa desse centro tem se constituído numa alternativa aos modelos educacionais vigentes nas instituições onde predominam práticas educativas situadas na perspectiva da reprodução das relações capitalistas, ainda que de forma indireta.

Assim, na primeira parte, pretendemos caracterizar a contrarrevolução mundial e o esgotamento da fase “civilizatória” do capital. Para isso, iremos abordar brevemente o crescimento do trabalho infantil, a violência do desemprego estrutural e o retorno do trabalho análogo ao escravo. Especificaremos a violência do subemprego e do trabalho alienado correlacionados com as manifestações da barbárie nas escolas brasileiras e com a miséria da política educacional.

Na segunda parte, focalizaremos algumas dimensões da formação para Economia Solidária nos CFES Nacional para apontar as contradições existentes numa instância de formação para a Economia Solidária com expressão nacional. O intuito dessa abordagem é vislumbrarmos as potencialidades e limites dessa proposta formativa em direção ao enfrentamento do sistema do capital.

2 A CONTRARREVOLUÇÃO MUNDIAL E O ESGOTAMENTO DA FASE “CIVILIZATÓRIA” DO CAPITAL

Estamos vivendo momento histórico de contrarrevolução mundial. A regressão histórica que perdura na América Latina, desde as ditaduras militares, colocou os trabalhadores na defensiva. As décadas perdida e vendida financeirizaram a economia, privatizaram os bens públicos, desindustrializaram estes países, aumentaram o subemprego e o desemprego, promoveram processos de realocização e terceirização, concentraram a renda, aumentaram o analfabetismo funcional e segregação da já segregada sociedade brasileira, que pode ser representada nos extremos de condomínios e das favelas, essas últimas chamadas agora pelo nome de *comunidades*.

No Governo Lula, vivemos um novo pacto de dominação, mais sofisticado que o pacto de Fernando Henrique Cardoso, uma vez que ele traz novos ares “desenvolvimentistas” num contexto de alta hegemonia do capital financeiro. As políticas keynesianas – principalmente aglutinadas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) – o novo *PAC-to* de dominação, elevaram em alguma medida o crescimento da economia brasileira, diminuíram parcialmente o desemprego, a pobreza extrema e absoluta, além de uma melhora tímida na distribuição da renda que permitiu a parcelas do nosso povo o acesso ao consumo fetichizado e à habitação. Para a diminuição da pobreza extrema, foi confeccionado um programa determinante para a reeleição de Lula em (2006) – o Bolsa família.

No entanto, a segregação e a desigualdade no Brasil diminuíram tão pouco que o país ainda figura entre as economias com renda mais concentrada do mundo, ao lado de Serra Leoa, Burkina Fasso e outros países. Problemas estruturais como acesso ao emprego formal, à moradia, saúde, educação não foram resolvidos. Evidentemente que o nosso capitalismo - sob hegemonia financeira e com alguns traços keynesianos não toca numa questão fundamental - as elevadas taxas de exploração dos trabalhadores nas fábricas e os processos de acumulação “primitiva”, principalmente na Amazônia e em partes do centro-oeste.

Desse ponto de vista, no Governo Lula, apesar de algumas melhorias em termos de crescimento da economia e na geração de algumas formas de emprego pautadas no trabalho simples, o capitalismo permanece alicerçado na alienação do trabalho, onde os trabalhadores não têm controle do processo e do produto do trabalho, de si e da civilização humana. Trabalha-se simplesmente para sobreviver. Num outro plano, a reestruturação do capital no Brasil tem gerado inúmeras fusões e aquisições de grandes corporações, em geral induzidas pelo BNDES.

Em síntese, temos um híbrido do considerado desenvolvimentismo e de capital financeiro que nasce no Brasil. Ao mesmo tempo, o avanço do agronegócio e da cana de açúcar entendida como a nova “salvação da lavoura”, para usar um termo do campo, os traços do Brasil colonial se aprofundam, trazendo conseqüências enormes para os movimentos sociais do campo.

3 CONSEQUÊNCIAS E MANIFESTAÇÕES DA BARBÁRIE

A fase “civilizatória” do capitalismo terminou no final dos anos 1960. A partir daí, o capital vem negando sistematicamente as conquistas dos trabalhadores na primeira metade do século XX: limitação da jornada de trabalho, direito a carteira assinada, direito a

aposentadoria e férias remuneradas, fim do trabalho escravo e infantil, direito a uma residência, direito a um sistema público de saúde, entre outros. Estas e outras tantas conquistas têm sido destruídas parcial ou completamente na nova fase do capitalismo, chamado por alguns acumulação flexível e por outros capitalismo sob hegemonia financeira.

Nesse contexto de aprofundamento da exploração pela precarização das condições de trabalho, a existência vultosa do trabalho infantil é sintomática da degradação das condições de existência humana. O jornal *Le Monde Diplomatique* debruçou-se sobre o crescimento do trabalho infantil na Itália e trouxe o relato do vice-prefeito de Nápoles que disse: “Claro, nós somos a região mais pobre da Itália. Mas não havíamos tido uma situação assim desde a Segunda Guerra Mundial [...]. Com 10 anos, essas crianças já estão trabalhando 12 horas por dia, o que claramente infringe o direito de se desenvolverem.”

Cerca de 600 milhões de crianças do mundo vivem na pobreza, 250 milhões, entre 5 e 14 anos de idade, trabalham em países do chamado Terceiro Mundo. Desse montante, 130 milhões não recebem qualquer tipo de educação e vivem a “pedagogia da rua”. Estas crianças, filhas de trabalhadores, não têm qualquer possibilidade de desenvolvimento.

Os filhos dos trabalhadores que estão nas escolas são analfabetos funcionais, uma vez que saem da educação básica sem saber realizar as contas elementares da matemática, sem saber interpretar um texto, são analfabetos geográficos e históricos. No Brasil, as crianças trabalhadoras estão nas granjas, fazendas, carvoarias, estão cuidando dos seus irmãos nas casas onde moram, estão nas fábricas e lojas, são escravas modernas, trabalhando como empregadas domésticas.

No Estado de São Paulo, considerado a “locomotiva da nação”, as avaliações colocam os alunos em 6º lugar dentre os estados da federação. Nossa hipótese é que o Estado de São Paulo está colocando em prática uma política educacional privatista, que dá continuidade a destruição dos poucos escombros da escola pública criados no período 1930-64 e cria as condições gerais para a proliferação da educação mercantilizada, privada, voltada para o lucro. Os poucos filhos de trabalhadores que têm acesso a escola de “qualidade”, certamente passarão pelo novo mantra pedagogia das competências.

Os filhos das camadas intermediárias da sociedade não vivem nas ruas, mas vivem em frente à televisão, sendo bombardeados por propagandas explícitas e implícitas. Numa entrevista a TvFocruz, o pesquisador Becker (2013) nos alerta que as crianças brasileiras passam 4 horas nas escolas, e 5 horas em frente a televisão.

Sob outra ótica, do ponto de vista da crise do *capitalismo real*, o esgotamento da fase “civilizatória do capital” fica patente quando observamos o desemprego e subemprego

estruturais na atual fase do capitalismo com hegemonia financeira. Na Espanha, o desemprego atinge cerca de 40% dos jovens, que dificilmente encontrarão um trabalho decente neste novo século. Na Irlanda, Grécia e Portugal estamos vendo uma brutal crise da dívida. Na França e em menor medida em Portugal e Espanha, greves contra a reforma da previdência. No *Banlieu* de Paris, os filhos de imigrantes das ex-colônias francesas e os precarizados de outras regiões do país e até mesmo da Europa também não conseguem construir uma vida digna. Sarkozy, reforçando o Estado policial, promove a expulsão dos ciganos. Todas essas manifestações são resultado da destruição parcial ou completa do Estado do Bem-Estar Social, momento histórico da Europa de máximo controle social do capital, baseado nas lutas dos trabalhadores e ao mesmo tempo nas necessidades do capital “produtivo”, por pleno emprego, moradia, aposentadoria, lazer e aposentadorias dignas que em alguma medida desmercantilizaram a sociedade.

Na Espanha, o desemprego atinge 23,6% das pessoas em geral e mais de 50% dos jovens com menos de 25 anos. Em segundo lugar, vem a Grécia com 21%. Os últimos da lista são alguns países do norte da Europa, como a Áustria, com mais de 4%, e a Alemanha, com a taxa oficial de desemprego em 5,7%. Portugal tem agora uma geração em risco, os “precários inflexíveis” retratados no filme de Giovanni Alves, que não tem nenhuma perspectiva de futuro razoável. Nos EUA, os 99% da sociedade tentam encontrar novas formas de luta contra o capitalismo financeirizado.

No Brasil, a mais nova máquina de moer gente brasileira está se dando na construção das Usinas de Santo Antônio e Jirau. Quase 100 anos depois da internacionalização da região, quando se deu a construção da “Ferrovia do Diabo”, Rondônia assiste a uma nova obra internacional. A Usina Santo Antônio pertence ao grupo Tractebel, uma corporação franco-belga. Uma parte das turbinas de Jirau está sendo feita por uma corporação chinesa – que ofereceu as turbinas com preços “baixíssimos” e pela Voith (alemã). A Odebrecht, conhecida corporação “brasileira”, fica com a parte da montagem. Em Jirau, a construção da parte civil está por conta da Camargo Correa e a Enesa é a montadora da parte mecânica. O financiamento da obra envolve o BNDES, Santander, Caixa, Bradesco, Itaú-Unibanco e Santander.

O canteiro de obras destas Usinas deve ser caracterizado como uma organização bastante complexa. Ficamos com a impressão que o canteiro de obras também é uma verdadeira máquina de moer gente – o calor é insuportável, ausência de condições de trabalho adequadas, super-exploração do trabalho, ritmo de trabalho alucinante, trabalho noturno, engenheiros e encarregados pressionando por maior produtividade. Nos campos de

concentração de Santo Antônio e Jirau, o único direito dos trabalhadores é o direito a morte por exaustão.

É também possível perceber a presença de muitas mulheres na produção, algo que não era tão presente em outras usinas hidrelétricas e todas as piadinhas “vai pilotar fogão”, “mulher não sabe montar nada”, “vocês não sabem fazer isso”.

Na obra encontramos máquinas pesadas e caras e padrões de exploração da força de trabalho degradantes da construção civil brasileira, em comparação com a forma como são utilizadas as máquinas, equipamentos e a força de trabalho europeia, ao menos até os anos 1980. Não queremos com isso ignorar a existência de polos avançados na economia brasileira, como cervejarias, petroquímicas, automobilísticas, entre outras, mas salientar a convivência e a umbilical relação entre o polo moderno e o polo atrasado da nossa economia.

Nestas obras, há uma massa de trabalhadores terceirizados, bem típica do novo padrão de acumulação flexível. Nas obras de Santo Antônio e Jirau, eles fazem praticamente a mesma atividade que o trabalhador “estável”, mas recebem um salário menor.

Lembremos que aos 26 anos de idade, Engels (2006) escreveu o livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”. Engels analisou todas as questões que envolvem o cotidiano do trabalho que vão desde as condições de trabalho nas fábricas, às leis que impõem a disciplina do trabalho, o problema da habitação, passando pelo transporte, o surgimento de instituições filantrópicas, o nascimento das escolas estatais para os trabalhadores e para a burguesia, a função das prisões, a alimentação dos trabalhadores, as lutas para a regulação do trabalho explorado e o avanço da maquinaria, entre inúmeras outras.

No Brasil, para não ir mais longe, desde as tentativas de faxina do stalinismo e do marxismo de tendência positivista, inúmeros pesquisadores, com maior e menor sucesso, têm tentando observar as condições de existência da nossa classe trabalhadora. Trabalhos sobre as mudanças no mundo do trabalho, sobre o papel dos sindicatos na nova morfologia do trabalho, o peso do subemprego na nossa economia, a relação microeletrônica/TICs/trabalho/desemprego, o (res)surgimento do mundo do trabalho associado, o “retorno” do trabalho análogo ao escravo, as novas demandas de qualificação dos trabalhadores, o estudo sobre as condições de reprodução da vida (habitação, transporte, trabalho doméstico), o papel da indústria cultural e da nova sociabilidade engendrada pelos shopping centers, a entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho nas fábricas, aliás, temas que foram considerados durante muito tempo como temas residuais.

O Brasil, talvez o maior exemplo de um país ornitorrinco na concepção de Oliveira (2008), passou por uma Revolução burguesa conservadora e incompleta, que nem sequer

conseguiu oferecer condições adequadas para a maior parcela da sua classe trabalhadora. Ao lado dos trabalhadores formais que conseguiram um lugar ao sol nos setores “avançados”, temos uma massa de miseráveis que serve como exército industrial de reserva permanente marginalizado do mercado de trabalho. Como nos sugere Sampaio Jr. (1996), ora entrando ora saindo da marginalidade, ou vivendo a duras penas na marginalidade, tendo que sambar e rebolar para sobreviver no nosso capitalismo ornitorrinco³. Num plano mais geral, diante da decadência ideológica da nossa classe dominante, é possível encontrar trabalho análogo ao escravo até mesmo no Estado de São Paulo. Bolivianos trabalhando até a exaustão e “morando” no local onde trabalham, terceirizados, ganhando um salário miséria, que não nos permite dizer que a mais-valia absoluta foi superada pela mais-valia relativa. Para deslocar para frente as contradições sociais que surgem deste padrão de acumulação destrutivo do ser humano e da natureza, assistimos as políticas de pacificação, a criação do bolsa família, a criminalização dos movimentos sociais e outras soluções que estão dentro da órbita do capital

4 AS MANIFESTAÇÕES DA BARBÁRIE NAS ESCOLAS E A MISÉRIA DA POLÍTICA EDUCACIONAL

As escolas brasileiras não estão blindadas ao avanço da barbárie. Os trabalhadores educacionais (professores) tornaram-se carcereiros, abrindo e fechando as jaulas (salas de aula). Outros professores tornaram-se domadores de tigres: desviando-se de cadeiras jogadas neles. Assassinato de alunos, lógica concorrencial entre os professores, governos federais e estaduais negando-se a conversar com os professores em greve, material didático elaborado por corporações educacionais, cursos de extensão caça-níqueis, pesquisadores vomitando artigos um atrás do outro, doenças por excesso de trabalho, merendas de péssima qualidade, professores apanhando dos alunos, professores espancando alunos, utilização de ritalina a torto e a direito para sossegar os “leões” são sintomas da barbárie nas escolas e universidades. O processo “descivilizatório” levou os pesquisadores (Lima Filho & Minto, 2012, 2011) a afirmarem que estamos vivendo a era da “economia política da deseducação”.

Kuenzer (1998) observa que houve uma “polarização das competências” e que as escolas seguem esta tendência. Num polo bastante diminuto, escolas voltadas para a preparação do novo trabalhador flexível, participativo, que interaja com os demais, adaptado

³ Francisco de Oliveira usa a figura do ornitorrinco para caracterizar o Brasil justamente para acentuar a convivência de elementos estranhos, mas integrados, apresenta elementos “esquisitos”, num mesmo espaço social. O ornitorrinco é um ovíparo e produz leite, tem bico mas é mamífero.

ao trabalho em equipe e que busque novas soluções, sempre do ponto de vista do capital. No outro extremo, escolas voltadas para jovens terceirizados, precarizados com baixos salários, como: empacotadores, operadoras de telemarketing, trabalhadores da cana de açúcar, dentre inúmeras funções com características tayloristas. Se os reformistas do período 1930-64 tinham um projeto republicano, com a polarização das competências, a escola de qualidade será para a pequena-burguesia dos miseráveis.

Podemos acrescentar ainda que as escolas estão formando jovens para a *naturalização de desemprego*. Pesquisas mostram que em muitas regiões do Brasil, para não falar de outros países, a escola serve apenas consolar os jovens *inempregáveis*, transmitindo a mensagem que não há mais emprego para todos.

No Estado de São Paulo, poderíamos destacar os pilares da contrarreforma educacional: a) a privatização da política educacional, tendo como eixo o crescimento das universidades e escolas privadas, b) a readequação das funções das universidades e escolas públicas para atender as necessidades do capitalismo financeirizado, c) a política de arrocho salarial dos trabalhadores educacionais públicos, d) a destruição das condições de trabalho e reprodução dos professores trabalhadores pela ausência de um plano de carreira digno e ausência de aposentadoria digna, e) a enorme massa de trabalhadores educacionais temporários e eventuais, f) a legitimação do Conselho Estadual de Educação dominado por cargos vitalícios, não eleitos pelo povo e representando os interesses das corporações educacionais; g) a criação de cursos de enquadramento dos professores, diretores, vice-diretores, supervisores e funcionários dentro do paradigma do gerencialismo - choques de gestão, gestão por resultados, desempenho, “eficiência”, avaliações quantitativas são algumas abordagens- e do paradigma das competências - trabalho em equipe, atitude pró-ativa, conhecimentos específicos-, h) bônus por resultados, para fazer com que os professores, atraídos por esta isca, produzam mais, i) a mudança do currículo, inserindo cursos de empreendedorismo e agronegócio, por exemplo.

Como para a coalização política comandada pelo PSDB os trabalhadores públicos são “encostados”, “vagabundos”, “preguiçosos”, a técnica a ser utilizada deve vir das corporações: “engajamento” dos trabalhadores para aumentar a produtividade da fábrica escola. Ao mesmo tempo, as escolas devem buscar fundos para se sustentar. Dentro desta ótica, os diretores passam a cobrar o estacionamento, o cafezinho que aparece de forma muito bem abordada no filme *Entre os muros da escola*, como se estivéssemos num shopping que tem que ser lucrativo.

Como os governos da coalização comandada pelo PSDB não tem – como não poderia deixar de ser - uma solução para o trabalho alienado, pois atacam as suas conseqüências e nunca as causas da alienação do trabalho na educação. Estes e outros aspectos da educação em São Paulo têm nos levado a afirmar que estamos assistindo a consolidação da miséria ideológica da política educacional paulista (Novaes, 2013).

Se compararmos às tentativas de formação de um sistema educacional do início do Século XX com as políticas atuais, não é difícil perceber o rebaixamento programático das propostas contidas na política educacional paulista. Se a classe dominante tinha um projeto razoavelmente republicano na primeira metade do século XX, a nova classe dominante paulista tem um projeto imensamente privatista e destruidor dos poucos poros públicos que restam na “locomotiva da nação”.

Para Mézáros (2002), nunca foi tão atual a encruzilhada do Socialismo ou Barbárie. Para nós, o capital não tem nada mais a oferecer a não ser políticas sociais epiteliais, que não tocam nos problemas essenciais dos trabalhadores. No Brasil, Bolsa Família, políticas de cotas sem uma real transformação do papel da universidade pública na sociedade de classes, Minha Casa Minha Vida, Políticas de corte keynesiano para gerar emprego e consumo de massas, só tendem a gerar uma sociedade alienada e produzir mais barbárie.

Dos cerca de 6 bilhões e meio de seres humanos, cerca de 5 bilhões vivem na pobreza ou na miséria. Não fazem parte da “sociedade do conhecimento”, não possuem internet, não tem habitação digna, água potável, trabalho não alienante e vivem em guerras civis invisíveis. Se esta tendência se mantiver, mais e mais seres humanos farão parte do que o capital considera como lixo humano, pois somente causam problemas sociais, poluem as cidades e se reproduzem desenfreadamente.

5 O CENTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA (CFES NACIONAL) ENTRE O LIMITE E A POTENCIALIDADE NA CONSTITUIÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL

Neste item, reconstituiremos alguns aspectos da análise realizada por Alaniz (2012) sobre a política de formação do CFES Nacional, com intuito de pensarmos quais os elementos existentes nessa experiência que permitem vislumbrar os limites e as potencialidades de uma educação que, ainda que num estágio embrionário, tenha como pressuposto questionar os fundamentos dos processos educativos para o trabalho vigente na sociedade contemporânea, bem como avançar em uma proposta que tenha a pretensão de ir além do capital.

Diante da ofensiva do capital contra o trabalho, com repercussão na diminuição do poder de barganha da esquerda tradicional organizada em sindicatos e partidos, contraditoriamente, emergem novas formas de contestação dos trabalhadores e excluídos do mercado formal aos mecanismos de opressão subjacentes aos processos de expansão do capital. Cruz (2006) salientou que as iniciativas de Economia Solidária são similares nas quatro cidades do cone sul - Buenos Aires, Montevideu, São Paulo e Porto Alegre – e caudatárias dos novos movimentos sociais, sendo que sua história de luta inicia com a oposição ao golpe militar e ligam-se aos excluídos da classe trabalhadora tradicional.

No Brasil, a partir de meados da década de 1980, há a emergência de novas formas de associação dos trabalhadores com base na organização coletiva dos meios de produção por meio do que denominam autogestão. Essas experiências emergem tanto com a recuperação de fábricas falidas e em processo falimentar pelos trabalhadores, como também de outros processos sociais de caráter comunitário que se afirmam pela forma cooperativa com que estabelecem as relações de produção e comercialização. Neste último caso, uma das experiências pioneiras deu-se a partir dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), muitos deles assessorados pela Cáritas brasileira⁴. Tal fenômeno foi identificado pelo termo Economia Popular Solidária. Atualmente, o conceito Economia Solidária é utilizado de forma bastante abrangente e sem muita precisão em relação às experiências que o integram, conforme indica Cruz (2006). Em geral, refere-se às experiências de auto-organização dos trabalhadores em diversos setores da produção e apresenta potencial distinto de oposição ao capital. (Alaniz, 2012)

A partir de 2003, no contexto do governo Lula, algumas dessas organizações passam a ser “protagonistas” da política pública com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) como reivindicação de

4 A Cáritas foi criada no Brasil em 1956, pela ação de Dom Helder Câmara durante a 3ª Assembleia da CNBB. Sua atuação foi fortemente influenciada pelas mudanças com o concílio Vaticano II, iniciado em 1962, que previa a mudança de concepção e presença da igreja mais sintonizada com a miséria do mundo e do Brasil (Borghetti, 2007). Nesse momento, a atuação da Cáritas esteve marcada pelo trabalho assistencial de atendimento à população miserável com destinação de donativos. A partir da década de 1960, as entidades membros da Cáritas aproximam-se da teologia da libertação e da pedagogia libertadora freireana por meio da ação voltada à conscientização dos miseráveis nas Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs). Na década de 1980, a Cáritas foi importante articuladora e fomentadora das experiências de subsistência voltada para população pobre nos PACs (Projetos Alternativos Comunitários), sendo que estes foram substituídos, entre as décadas de 1980 e 1990, pela Economia Popular Solidária. Bertucci & Silva (2003, p. 15) dizem que o enrijecimento das entidades financiadoras de cooperação internacional conduzem a Cáritas a buscar novas formas de financiamento por meio de convênios com o poder público e depender mais dos fundos das campanhas de fraternidade.

diversas frentes dos movimentos sociais de Economia Solidária no espaço do Fórum Social Mundial (FSM), mas também como uma estratégia de governabilidade de um governo que, em determinado momento histórico, foi identificado por diferentes segmentos da sociedade como pertencente à esquerda política.

Ao adentrar a política pública, especificamente no que se refere à política de formação profissional, o segmento da Economia Solidária foi incluído dentre os grupos prioritários no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), por entender que a formação é uma atividade fundamental a esse movimento social, dedica maior parte das suas ações a ela, bem como forja seu próprio projeto de formação por meio da criação dos CFES⁵.

Com intuito de pensarmos na possibilidade de haver uma educação que, atrelada aos processos de luta, sinalize para a constituição de uma sociabilidade que contribua na supressão do modelo capitalista de produção procederemos na análise do CFES Nacional.

O CFES é introduzido pela SENAES como estratégia política de fortalecimento do movimento de Economia Solidária na concepção dos gestores da SENAES e dos membros do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) (Alaniz, 2012). O CFES nacional é coordenado pela Cáritas Brasileira, a qual tem incidência significativa na definição e execução das políticas introduzidas pela SENAES. A influência da Cáritas na SENAES pode ser percebida por meio do papel estratégico que a entidade ocupa na coordenação nacional e executiva do FBES - principal interlocutor da SENAES-, pela presença no Conselho Nacional de Economia Solidária e na coordenação de três projetos expressivos da SENAES, sendo eles: o Brasil Local, considerado o projeto que absorve relevante percentual de recursos da secretaria, o Fundo solidário e os CFES. Há ainda, ocupando lugar estratégico no quadro de gestores da SENAES, um membro identificado com a proposta da Cáritas brasileira.

Entretanto, a atuação do CFES Nacional tem frustrado as expectativas criadas com a sua implantação. De acordo com os dados apresentados por Alaniz (2012), esperava-se que o CFES nacional se constituísse em centro de referência na discussão em Economia Solidária, com potencial teórico e de aprofundamento das experiências de formação e difusão de metodologias próprias às especificidades desse movimento social. Embora tenha ocorrido

5 Os CFES estão distribuídos nas cinco regiões do país: Norte - coordenado pela Universidade Federal do Pará, Nordeste – coordenado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco; Sul- coordenado pela Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS); Sudeste – coordenado pelo Instituto Marista de Solidariedade; Centro-Oeste – coordenado pela Escola de Formação Centro- Oeste da CUT (ECO/CUT), e uma sede nacional em Brasília- coordenado pela Cáritas Nacional, responsável pelas ações nacionais e pela articulação dos CFES regionais.

discussão política voltada às formas de produção e comercialização, o CFES nacional não avançou na direção do aprofundamento teórico e na sistematização das experiências no sentido de compreensão do movimento, do seu potencial de ação diante dos mecanismos do capital, nas suas estratégias de luta e discussão das tecnologias apropriadas para a formação no trabalho associado, mesmo considerando o estágio incipiente dessas discussões. (Alaniz, 2012, p.228)

[faltam] ferramentas que a gente possa desenvolver com a comunidade [...] mas a gente entende que vem de acúmulo, a gente já teve uma referência a partir das discussões com os fóruns de Economia Solidária e até o ano passado a gente não tinha essa perspectiva de como desenvolver processos metodológicos de uma questão mais ampla. [...] Eu acredito que a gente precise ter um entendimento sobre o que é o sistema capitalista e nem todos dominam esse histórico, essa construção, especialmente os empreendimentos. Até mesmo para que eles possam se compreender como verdadeiros agentes de formação de uma sociedade de outro processo de sistema econômico. É claro que no dia a dia isso não interfere muito na produção, mas na construção de uma percepção política, enquanto agente social isso é importante pra se perceber no processo como transformador do ponto de vista econômico, do ponto de vista social [...].(PARTICIPANTE CFES NACIONAL, 2011 *apud* Alaniz, 2012, p. 228)

Podemos notar que a necessidade de formação política voltada para a compreensão de suas práticas de luta e do sistema do capital é percebida por alguns dos trabalhadores associados que participam das atividades no CFES. Além disso, os associados falam da necessidade de oferecer esses instrumentos para a base do movimento como condição para estabelecer suas estratégias de luta. O fato de o processo formativo estar organizado em cursos e oficinas e não ser um processo permanente, no qual recorrem continuamente às organizações e os formadores do movimento de Economia Solidária, também é um dos fatores que dificultam o aprofundamento teórico.

Essa organização decorre do fato do programa de formação estar condicionado à política pública da SENAES no contexto da política vigente no governo Lula. Esse governo, embora contemple a Economia Solidária como alvo de políticas públicas em diferentes programas, a abrangência dessas ações não atende a demanda. Essa dimensão é evidenciada quando consideramos o descompasso entre o orçamento da SENAES e a demanda por ações formativas. Também no âmbito de outros programas, como o PNQ, o recurso é bastante reduzido se comparado com as instituições privadas que oferecem formação profissional, como o sistema S, por exemplo, como mostrou Alaniz (2012).

Entendemos que o acesso ao conhecimento das estruturas de funcionamento do capital e das lutas operárias concomitante ao processo de organização do trabalho fundamentado no

poder dos trabalhadores são condições fundamentais para se avançar nas estratégias de enfrentamento, na condução da organização do trabalho associado e para se colocar a tarefa de integrar as lutas valendo-se de uma concepção ampla da vida social (Alaniz, 2012). Bernardo (2009) observa que esse saber é caro aos capitalistas, pois sua aquisição depende do lugar que ocupa na hierarquia social e é com base nesses saberes que essa classe se reproduz.

O CFES nacional, ainda mais que os outros, contemplou a discussão política prevista no projeto político pedagógico que concorreu ao edital e no Termo de referência de implantação dos CFES (Brasil, 2007, pp. 5-6) e no eixo três da I Conferência Temática (2010, p. 6 apud Alaniz). Apesar disso, a formação política é uma das principais carências quanto à formação. Na pesquisa de Alaniz (2012), observamos que os entrevistados envolvidos especificamente no processo de formação política ressaltam a importância da vivência na Escola Florestan Fernandes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), contudo, evidenciou-se o desconhecimento da organização do MST e certo estranhamento quanto aos seus instrumentos de luta. É notório que ao mesmo tempo em que exista o afastamento em relação a esse movimento dos trabalhadores ele é citado como parte do movimento da Economia Solidária, conforme os membros da SENAES, do FBES e nas atividades do CFES. (Alaniz, 2012)

Notamos a dificuldade de unificação das lutas por meio dos processos formativos, principalmente porque essa dimensão é desconsiderada entre os objetivos e metas nos principais documentos oficiais de referência para a Economia Solidária. No 2º módulo do seminário de sistematização do CFES nacional (CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011), dos quatro centros de formação, dois deles, o CFES Centro-Oeste e o CFES Sul, indicaram que não há uma relação estreita entre os movimentos, embora façam parte das atividades de formação do CFES. No entanto, em alguns momentos, essa questão aparece no seminário do CFES nacional e é percebida como uma dificuldade que restringe a atuação do movimento em direção a uma postura mais combativa. (Alaniz, 2012).

A importância da unificação das lutas remete ao próprio poder combativo e de proliferação das organizações dos trabalhadores em escala ampliada, uma vez que o combate ao sistema orgânico e expansionista do capital não pode fazer-se sem a correspondente expansão dos movimentos dos trabalhadores estruturados em práticas sociais abrangentes, autônomas e horizontalizadas. Bernardo (2009) observa que ao desenvolver as formas radicais de luta em relações coletivas e igualitárias e pelo inter-relacionamento social genérico que representa a conexão entre as lutas, a classe trabalhadora apresenta um modelo social alternativo ao capitalismo.

O tema da circulação das lutas aparece em alguns momentos do processo formativo de forma assistemática, entretanto, a reflexão sistemática e o aprofundamento do tema não têm acontecido. Isso indica pouco potencial para avançar na compreensão dos processos de resistência e unificação das lutas com base nas experiências históricas de auto-organização dos trabalhadores. Essa dimensão é condição fulcral na proposição de uma educação para além do capital.

Contraditoriamente, as discussões relacionadas ao fortalecimento dos empreendimentos de Economia Solidária não têm seguido a direção da problematização e aprofundamento das ações do próprio movimento na sociedade capitalista, ao contrário, tem se estabelecido como horizonte para a atuação do movimento de Economia Solidária a perspectiva da discussão ecológica voltada para o desenvolvimento sustentado. Esse aspecto pode ser percebido nos documentos de referência para a SENAES e CFES Nacional (I e II CONAES 2006 e 2010; I e II Oficina 2006 e 2007; IV Plenária do FBES, 2008).

Alaniz (2012) diz que ao se definir como horizonte da ação formativa o discurso reformador de *outro modelo de desenvolvimento* pautado na sustentabilidade ecológica da sociedade que temos, sem problematizar a questão, sobressai a crença de que as ações coletivas e individuais podem contribuir para salvar o sistema sem antes destruir seus fundamentos. Ao converter o desenvolvimento sustentado em meta e excluir o confronto com a lógica do capital do horizonte do movimento dos trabalhadores em processo de formação contribui-se na difusão do discurso de aprimoramento das condições de vida no sistema e retira a radicalidade da luta e das organizações criadas e alimentadas a partir dela. Nessa direção, a perspectiva de formação para Economia Solidária, embora se utilize de termos como transformação social, autonomia e autogestão, tem em vista inserir-se no capitalismo com algumas adaptações para torná-lo menos excludente, ou ainda, conservar elementos do capitalismo que são imprescindíveis como a concorrência, a tecnologia para transpô-lo a outra sociedade mais sustentável. O horizonte socialista que se fundamenta na crítica radical não pode ter a sustentabilidade dentro do sistema do capital como meta, ao contrário, entende que é incompatível qualquer projeto humanizador ou preservacionista dentro dessa perspectiva que tem a exploração e o lucro como fundamento. (Alaniz, 2012)

Outro aspecto complementar à ideia de desenvolvimento sustentado está contido no conceito de empoderamento, terminologia amplamente utilizada nos documentos de formação da SENAES e do FBES. O termo indica a capacidade dos trabalhadores incidirem na política pública em prol das ações de formação e fomento para os empreendimentos de Economia

Solidária. O emprego desse termo nos documentos da SENAES retrata que a formação no CFES está perpassada pela tarefa de lutar por políticas públicas.

A luta por políticas públicas, que integra a ação formativa no CFES Nacional, está relacionado a sua própria constituição enquanto espaço destinado a operacionalizar e aprimorar essa política de formação. Além disso, reflete a posição assumida por parte significativa dos sujeitos, empreendimentos e instituições de assessoria que incidem sobre a política da SENAES.

Também a proposta de formação do FBES, considerado o principal interlocutor da e em sintonia com as orientações da SENAES, salienta que alcançar políticas públicas é um objetivo a ser perseguido. Algumas de suas bandeiras sobre educação expressam essa dimensão: financiamento público a pesquisas e tecnologias para a melhoria da produção e outras temáticas da economia; fomento à criação e manutenção de Centros Públicos de apoio à Economia Solidária; inclusão da Economia Solidária na educação formal; campanhas e programas públicos de divulgação e comunicação da Economia Solidária; e programa nacional de assistência técnica em Economia Solidária. (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008, p. 24-29)

A questão é saber o que significa para a Economia Solidária ter como horizonte de suas lutas a conquista de políticas públicas. As experiências históricas de lutas autônomas, como a Comuna de Paris (1871), a Revolução Russa (1917), a Revolução da Ucrânia (1917), a Revolução Alemã e Húngara (1956) e Revolução dos Cravos (1974), com instauração de conselhos de bairros e comitês urbanos (TRAGTENBERG, 1986) desenvolveram-se de forma independente do Estado, inclusive opondo-se à sua forma de organização e a qualquer interferência dele na organização dos trabalhadores. Para Tragtenberg (1986) a degeneração do sistema soviético ocorreu por conservar o capitalismo de Estado, que mantém a centralização estatal sob o controle do partido e sindicato, esse fato recompôs a hierarquia na gestão do Estado e nas fábricas com o taylorismo e assalariamento. Nessa compreensão, a autogestão Iugoslava, que se caracterizou pelo formalismo das empresas, foi limitada porque manteve o aparelho político e o poder do Estado (Tragtenberg, 1986).

Podemos dizer que se a luta dos trabalhadores remeter à autogestão das propriedades coletivas isoladas e vislumbrar a participação na elaboração de políticas públicas no âmbito do Estado há forte propensão em arrefecer seu potencial combativo e reproduzir as relações sociais capitalistas.

Algumas considerações acerca da natureza e organização do Estado moderno nos ajuda a compreender as contradições postas para atuação do movimento de Economia

Solidária quando elege a política pública como objetivo central a ser perseguido. Marx (1993), ao discutir a questão judaica diz que não basta à política libertar-se da religião, sendo que transfere ao Estado político a condução da vida social. Desse modo, a política, como fundamento da organização social enquanto expressão do conjunto de regras criadas pelos homens na condução da vida coletiva, aliena-se dos homens que passam a estabelecer relações estranhadas consigo mesmo e com os outros para se localizar no Estado. Por essa razão, o autor diz que não há emancipação humana dentro do Estado moderno.

Mészáros (2002), em sintonia com Luxemburgo (2005) no que se refere ao caráter de classe do Estado, considera que o Estado é a única estrutura compatível com a estrutura do capital porque se constitui de modo semelhante no que se refere a suas estruturas básicas de comando: hierarquia e poder burocrático, além de exercer função reguladora do sistema de reprodução social. Nessa perspectiva, o Estado assume funções centrais no funcionamento permanente do sistema do capital em seu processo de expansão pelo aumento da produtividade, isso porque o Estado é uma estrutura totalizadora de comando político do capital destinado a complementar os elementos da reprodução material. São efeitos desse caráter complementar do Estado as ações voltadas para o consentimento às fusões, isenções fiscais e até o estímulo à formação do indivíduo consumidor, inclusive por meio de diversas políticas sociais que se destinam a regular o desequilíbrio gerado entre produção e consumo. (Mészáros, 2002)).

Diante das questões apontadas, torna-se bastante contraditório o objetivo perseguido pelas reivindicações do trabalho associado que perpassam as discussões no processo de formação no CFES Nacional. Caso esse horizonte mantenha-se, é provável que tenha efeito corrosivo capaz de minar o potencial do movimento na proposição de uma educação e atuação emancipatória em direção a constituição da sociedade socialista.

Outro aspecto que merece destaque, com base nos dados coletados por Alaniz (2012), refere-se à dificuldade em se contemplar na formação discussões relacionadas em as tecnologias sociais, embora prevista no Termo de Implantação do Centro de Formação em Economia Solidária (2007, pp. 5-6).

Para atender aos propósitos do trabalho associado, as tecnologias devem ser reprojatadas, uma vez que, como traz Novaes (2007), não são neutras. Assim, todo processo de formação deve se desenvolver com base no aprimoramento da organização do trabalho, o que remete a repensar os modelos organizacionais, a técnica empregada, a organização da estrutura de poder no sentido de revê-la constantemente e aprimorar os processos

participativos e decisórios, as relações interpessoais, os valores, o questionamento das especialidades e da divisão do trabalho que se sustenta na divisão de saberes e se reproduz pelas diferenças de remunerações. Para alavancar esse debate é fundamental a interlocução as experiências que têm aproximado os trabalhadores associados das pesquisas em ciência e tecnologia desenvolvidos nas universidades, em instituições de assessoria e outros centros de pesquisa que se dedicam ao tema.

Alaniz (2012) observa a dificuldade em se contemplar a abordagem da Adequação Sociotécnica no CFES Nacional está relacionada diretamente à dificuldade orçamentária da SENAES e ao caráter provisório desse espaço de formação. O exercício de pensar em tecnologias sociais e aprofundar a discussão demanda processos contínuos, orgânicos e de integração com outras experiências nessa direção.

O conjunto desses aspectos indica que é prematuro nesse momento declararmos que “os processos educativos inspirados na Economia Solidária anunciam uma nova sociabilidade, uma nova sociedade, uma nova forma de produção da vida”, como defende a I Oficina Nacional de Formação-Educação em Economia Solidária (2006, p. 15). Ou ainda, enveredar pelo discurso predominante no campo da Economia Solidária, no qual inclui o secretário da SENAES Paul Singer, ao considerar que essas experiências concretas indicam uma alternativa já em curso na constituição de um novo modelo de sociedade, em oposição à lógica hierárquica e de exploração do trabalho, ao defender que “[...] nós estamos de alguma maneira, fazendo a revolução social no país [...]”. (Alaniz, 2012).

Entendemos que é mais profícuo, nesse momento histórico de ofensiva do capital, explicitar as contradições dos processos de formação vivenciados no âmbito do CFES Nacional, com o intuito de que possamos contribuir para a compreensão do alcance dessa experiência e submetê-la à crítica radical de modo que a avançar na discussão de uma educação que se proponha ir além do capital.

6 A NECESSIDADE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL

O trabalho associado para evoluir em direção ao fortalecimento da luta e ao exercício da autogestão requer uma formação distinta e contrária ao modelo vigente nos espaços sociais que não se propõem o confronto com o sistema capitalista. Ao pensar nos desafios a serem enfrentados na constituição de uma nova educação, Mészáros (2005) diz ser necessário a criação de organizações horizontais dos trabalhadores atreladas ao um processo educativo que se oponha às formas de internalização do capital e introduza outras formas na perspectiva do

trabalho associado com intuito de fortalecer as organizações autônomas. Somente com outro processo de internalização pode-se contribuir para a destruição do que Mészáros (2002) denomina sociometabolismo do capital, o qual se reproduz em todos os planos da vida. Desse modo, não é suficiente a existência da propriedade coletiva dos meios de produção, até porque como discutia Marx (2009) com Proudhon, sua natureza privada enquanto produtora de mercadorias permanece. A coletivização dos meios de produção, com base na auto-organização do trabalho, pressupõe constituir novos processos sociais atrelados às lutas mais abrangentes dos trabalhadores. A criação desses processos alternativos não se faz sem a um processo contínuo de formação dos trabalhadores nos pressupostos da autogestão. Nas palavras de Mészáros:

[...] o que precisa ser confrontado e alterado fundamentalmente é todo o sistema de internalização, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas. Romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente. (Mészáros, 2005, p.47)

Apenas uma educação que se norteie pelo princípio da autonomia operária na gestão da luta coletiva, na produção e na vida social como um todo, e se coloque a tarefa revolucionária de emancipação humana por meio da reorganização da vida material e cultural pode contribuir para minar o sistema do capital.

Nesse confronto, temos que compreender o funcionamento da sociedade capitalista como estrutura produtiva total cuja força centrífuga, que absorve a cultura e suas demais instituições sociais (Mészáros, 2002). Assim, para cumprir a função de contra-reprodução à lógica hegemônica, bem como instaurar novos processos de internalização, é fundamental que esse outro modelo de educação ofereça os fundamentos teóricos necessários à compreensão da tarefa histórica de enfrentamento do capital desde sua base estrutural⁶.

No decorrer da história do movimento operário, muitas foram as discussões em torno da necessidade do desenvolvimento teórico dos militantes como instrumento de aprofundar a luta, desde as teorias que cogitavam o papel da vanguarda pelos partidos, comissões de fábrica e sindicatos, até as experiências autonomistas do movimento operário que pela luta

⁶ No Brasil, já existe um bom número de pesquisas que estão a) observando as práticas educacionais escolares e não escolares dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, b) dando sua contribuição para a construção de uma educação para além do capital no Brasil. Ver, por exemplo, Caldart (2004), Dal Ri e Vieitez (2008), Freitas (2009), Tiriba (2001), Iasi (2006).

minam com as organizações capitalistas e pela prática da autogestão coletivizam o poder entre os trabalhadores, as comissões de fábricas e comunas. Nesse confronto, o coletivo se instrumentaliza de fundamentação teórica e prática para avançar no processo de produção associada (Alaniz, 2012).

Bernardo (2009) menciona que a luta permite aos trabalhadores entrar em contato com o fundamento do capitalismo, pois circunscritos na disciplina fabril em um processo que subtrai seu tempo de trabalho, os trabalhadores não podem contestar globalmente o capital e não possuem compreensão genérica dos mecanismos econômicos.

Concordamos com Cleaver (1981) na compreensão de que para se proceder na análise das lutas dos trabalhadores é preciso basear-se nas próprias lutas e, acrescentamos, nos processos concretos de formação. Pistrak et. al (2009), além de trazerem a pedagogia da luta e da auto-organização para o debate, também ressaltam a necessidade da educação via complexos temáticos/totalidade, a imersão da escola na atualidade, a relação educação-superação do trabalho alienado e a compreensão da história de um ponto de vista materialista.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capital como totalidade integra a esfera da cultura em seu processo de reprodução ampliada. Nessa medida, as adversidades vivenciadas pelas instituições educacionais contemporâneas, em especial nas escolas públicas, expressam a segmentação excludente existente no mundo trabalho.

Em oposição à ordem expansionista do capital, podemos situar a emergência de novas formas democráticas de organizar a produção introduzida pelos trabalhadores. Entretanto, as organizações que trazem experiências de auto-organização têm intencionalidade, propósitos e potencial de subversão bastante distinto, o que quer dizer que apenas por serem propriedade coletiva não significa que existam alterações qualitativas nas relações sociais estabelecidas na produção, bem como nos processos educativos em direção aos objetivos socialistas.

Nesse sentido, a análise do CFES Nacional demonstra alguns limites e potencialidades para pensarmos em uma educação que vá além do capital, pois, para que possamos avançar em direção às práticas autênticas e emancipadoras do ponto de vista do trabalho, é necessário compreender e explicitar os elementos existentes nos processos de formação que tendem a reproduzir as relações capitalistas, ainda que no discurso e a primeira vista, não possam ser percebidas.

No caso do CFES nacional, algumas contradições colocam-se como limite para que essa experiência oriente-se aos propósitos socialistas, entre elas estão: a conquista por políticas públicas como horizonte para da atuação pedagógica e formação no centro; a dificuldade em contemplar a articulação das lutas dos trabalhadores; o insuficiente aprofundamento teórico nas lutas históricas dos trabalhadores com a função de repensar e orientar o movimento de Economia Solidária e a adesão às terminologias e expressões que traduzem posições reformistas ao pressupor o convívio no sistema capitalista, como é o caso do conceito de desenvolvimento sustentado.

Tendo em vista tais contradições enunciadas, entendemos que as práticas de educação alicerçadas no movimento dos trabalhadores devem ser problematizadas em uma perspectiva totalizante tendo em vista o contexto de ofensiva hegemônica do capital contra o trabalho. Essa abordagem é um meio necessário para explicitar a complexidade envolvida no processo de formação sem cair em justaposições, bem como devem permitir compreender o nível de radicalidade das experiências educativas dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

Alaniz, E. P. (2012). *A política pública de formação para economia solidária no Brasil (2003-2011): análise de um projeto PROESQ/PNQ executado pela Rede Abelha/RN e do CFES nacional*. Tese Doutorado em Educação. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

Bernardo, J. (2009). *Economia dos conflitos sociais*. 2. ed. São Paulo: Expressão popular.

Bertucci, A. A. & Silva, R. M. (2003). *20 anos de Economia Popular Solidária: trajetória da Cáritas brasileira dos PACs às EPS*. Brasília: Venâncio.

Borghetti, R.(2007). *Limites e possibilidades de uma alternativa de educação: análise do projeto Barracão da Cáritas Diocesana de Marília*. Dissertação em Educação. São Paulo: Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

Bruno, L.E.B.N.(1990). *O que é autonomia operária*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense.

Caldart, R.(2004). *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes.

Cleaver, H. (1981). *Leitura política do capital*. Rio de Janeiro: Zahar.

Cruz, A.C. M. da. (2016) *A diferença da igualdade: a dinâmica da Economia solidária em quatro cidades do MERCOSUL*. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

Dal Ri, N. M. & Vieitez, C.(2008). *Educação Democrática e Trabalho Associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas Fábricas de Autogestão*. São Paulo: Ícone-Fapesp.

Engels, F.(2006). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Freitas, L. C. Prefácio. In: Pistrak, M. et. al. (2009) *A escola-comuna*. São Paulo: Expressão Popular.

Harvey, D.(2004). *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

Iasi, M. (2006). *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular.

Kuenzer, A. Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, N. S. C. *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, pp. 33-58.

Luxemburgo, R.(2005). *Reforma ou revolução?* 4. ed. São Paulo: Expressão Popular.

Mandel, E. (1974). *Control obrero, consejos obreros, autogestión*. Madri: Editora Era, 1974.

Marx, K. (1989). A questão judaica. In: _____. *Manuscritos econômicos - filosóficos*. Lisboa: Edições 70, pp. 35-76.

_____.(2009) *Miséria da Filosofia: resposta á filosofia da miséria do Sr. Proudhon*. São Paulo: Expressão Popular.

Mészáros, I. (2002). *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo.

_____.(2005). *A Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo.

Novaes, H. T. (2007). *O Fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas*. São Paulo: Expressão Popular.

Oliveira, F.(2003). *Crítica à razão dualista - O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

Rodrigues, F. C. & Novaes, H. T.; Batista, E. (orgs.). (2012). *Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões.

Sampaio JR, P. A. (1996). *Entre a nação e a barbárie*. Petrópolis: Vozes.

Tragtenberg, M. (1986). *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Moderna.